

“Eles não deixam eu morar aqui”: trabalhadores da cultura e a face sombria da gentrificação no Sítio Histórico de Olinda

“They don't let me live here”: Culture workers and the dark face of gentrification in the Historic Site of Olinda

Elaine Santana do Ó*
Priscila Faulhaber**

Palavras-chave:
Patrimônio
Gentrificação
Sítio Histórico de Olinda

Resumo: Uma das principais consequências ocasionadas pelos processos de patrimonialização, tem sido o deslocamento das classes populares dos centros históricos, restringindo o acesso e desfrute deles aos segmentos sociais abastados. Discutiremos como os moradores, principalmente os trabalhadores da cultura do Sítio Histórico de Olinda, têm sido deslocados desse espaço, especialmente das áreas rigorosas de preservação, as quais se destacam por serem mais valorizadas, devido às práticas de gentrificação (Zukin, 1995) que vem ocorrendo no local. Este artigo, partiu da teoria social na história, assim como, de uma pesquisa de campo responsável por incorporar a este debate, conversas e entrevistas. Assim, adotando uma abordagem dialética, este artigo busca proporcionar uma compreensão acerca das relações de conflito que permeiam o Sítio Histórico de Olinda, bem como o projeto de gentrificação e correspondente higienização social impactando a população local

Keywords:
Patrimony
Gentrification
Historic Site of Olinda

Abstract: One of the main consequences resulting from processes of heritage preservation has been the displacement of lower-income classes from historic city centers, restricting its access and enjoy to the wealthy social segments. We will discuss how residents, especially culture workers in the Historic Site of Olinda have been displaced from this space, particularly from the strictly preserved areas, which are more valued due to gentrification practices (ZUKIN, 1995) occurring in the area. This paper conveys social theory in History, as well as field research involving conversations and interviews to contribute to this discussion. Thus, adopting a dialectical approach, this article seeks to provide an understanding of the conflictual relations that permeate the Historic Site of Olinda, as well as the gentrification project and the corresponding social higienization impacting the local population.

Recebido em 24 de fevereiro de 2024. Aprovado em 24 de abril de 2024.

* Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (Ufmg), Graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). E-mail: elaine.historia.pernambuco@gmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestra em Antropologia pela Universidade de Brasília (Unb) e Graduada em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). Professora do corpo permanente da Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: pfaulhaber2016@gmail.com.

Introdução

Este trabalho parte do exame de efeitos do processo de patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda (SHO) sobre a sua população local e de relações afetivas mantidas com ele. As idas frequentes ao Sítio Histórico da cidade, aliadas à vontade de residir no espaço, me fizeram perceber uma crescente valorização imobiliária na região, levando ao raciocínio de que a impossibilidade de morar no SHO se deveria principalmente a restrições financeiras, uma vez que os custos dos aluguéis são elevados e a aquisição de uma propriedade assume preços proibitivos. Esse contexto gera inquietações, resultando em perguntas como: Qual o motivo impeditivo de morar no SHO? Seria pelo fato do Centro Histórico de Olinda ser patrimônio ou pela forma como esse patrimônio tem sido gerido? Por que não existem políticas públicas que auxiliam e incentivam os moradores mais antigos do SHO, a permanecerem? Quais tipos de políticas públicas poderiam ser implementadas para facilitar a permanência ou acesso à moradia no SHO?

Tais indagações mostram o outro lado das práticas e políticas de gentrificação no Sítio Histórico de Olinda, levando em conta o que isso acarretou e vem acarretando aos moradores da cidade. Para atingir esse objetivo, além de recorrer a estudiosos do patrimônio, como Rogério Proença Leite e Paulo Peixoto, almejando encontrar também respostas na realidade vivida, a pesquisa de campo lançou mão de observação participante, entrevistas e conversas com moradores.

O presente trabalho se inscreve no debate acerca dos efeitos da forma como o patrimônio da cidade de Olinda vem sendo gerido, destacando os impactos sentidos pelos moradores, que vivenciam uma situação de incômodo. Essa análise busca, principalmente, suscitar questionamentos e interesse sobre esse tema tão caro ao campo do patrimônio e da museologia.

Patrimônio e gentrificação entre práticas e processos

A produção do patrimônio envolve atribuição de valores e construção de sentidos (Arantes, 2009).

Nessa perspectiva, processos de patrimonialização implicam interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo. Dentro de uma lógica neoliberal e capitalista, o patrimônio passou a ser visto pelas gestões institucionais da maioria das cidades ao redor do mundo, enquanto uma mercadoria:

Desprezar a gestão do patrimônio como traço de uma economia global é, para as cidades que pretendam atingir patamares significativos de crescimento econômico, impossível. Nesse sentido, é absolutamente plausível que todo o discurso sobre cultura e turismo das gestões institucionais dessas cidades assumam como elemento estrutural uma narrativa do marketing do turismo cultural urbano, tendo no patrimônio uma mercadoria que precisa ser valorizada [...] (Sá Barreto e Medeiros, 2017, p.12).

Na realidade atual, o patrimônio extrapolou sua função de política de preservação, e passou a atender também às demandas do mercado. “Produzir patrimônios mundiais passou a significar estimular o mercado do turismo global” (Sá Barreto & Medeiros, 2017, p.11). Diante desse cenário, as atividades de turismo passam a ser cada vez mais incentivadas em espaços patrimonializados, sob justificativa de arrecadar recursos para manutenção do patrimônio. Contudo, os recursos angariados acabam sendo utilizados majoritariamente para atender a demandas empresariais da indústria do turismo visando o lucro.

Essa corrida das cidades em torno do patrimônio e do que ele pode trazer financeiramente como retorno acaba levando esses espaços a realizarem grandes investimentos nessas áreas, o que resulta, na maioria das vezes, em duras consequências, como higienização aliada à gentrificação, que tem implicado a substituição de moradores mais pobres por abonados, reiterando nesse sentido a definição de Ruth Glass:

One by one, many of the working class quarters have been invaded by the middle class - upper and lower [...] Once this process of 'gentrification' starts in a district it goes on rapidly until all or most of the working class occupiers are displaced

and the whole social character of the district is changed” (Glass, 1964, p.27).

É evidente que diante desses processos, o aparelhamento estatal costuma se utilizar de argumentos “revestidos de boa intenção” para realizar tais intervenções nesses espaços urbanos. Com isso, o processo de gentrificação geralmente associa-se a políticas urbanas segregacionistas, que se valem do processo de patrimonialização para justificar suas ações. Isso porque o tombamento atrai investimentos públicos, embelezamento e melhoria na segurança, o que acaba resultando na remoção de usuários e moradores de seus locais de origem. Em casos que a gentrificação não se completa, esses processos assumem mais propriamente uma feição higienizadora.

Michel Foucault remonta ao fim da Idade Média os processos higienizadores, em sua análise da gênese das instituições disciplinares (Foucault, 2005, *Café*, 2007). Neste trabalho o foco desloca-se para a higienização social que mostra-se como a outra face de projetos de gentrificação em centros históricos, ao impor práticas constantes de demarcação dos territórios patrimonializados, articulado a políticas de “limpeza social” que promovem a exclusão, a serviço dos grupos de interesse econômico que dispõem do apoio das agências representativas do Estado e que não se valem apenas da persuasão, empregando muitas vezes, a força policial a seu favor para manter a aparência de ordem e civilidade vistas como característica do enobrecimento.

Embora as práticas de higienização também possam ocorrer de forma direta, na maioria dos casos, elas acontecem de forma indireta devido à valorização da área. A forma mais comum é o aumento dos preços, desde os aluguéis até a alimentação, forçando assim os moradores a se mudarem do local. Como resultado, as áreas tombadas passam a ser habitadas, comumente, por uma classe média que busca consumir cultura e desfrutar do “aconchego” que os sítios históricos costumam oferecer. Segundo Zukin (1995), os espaços públicos ao passarem por uma transformação que envolve sua reestruturação urbanística e arquitetônica, são alvo de novas normas de usos, explícitas ou implícitas, contribuindo para a exclusão de seus frequentadores

habituais e sua substituição por grupos com maior poder aquisitivo.

Apesar da ligação entre os processos de patrimonialização e as práticas de gentrificação ser identificada em Sítios Históricos por todo o mundo, a política se dá de maneira distinta, acompanhando assim a diversidade e o contexto de cada local. Locais como Barcelona ou Londres, que são locais turísticos desejados mundialmente, costumam apresentar um quadro de políticas de gentrificação definitivas. Já nos países latino-americanos, a “limpeza social urbana” está relacionada à dependência de grande parte da população em relação a iniciativas dos órgãos representativos do Estado que, no entanto, favorecem permissivamente empresas privadas impondo a necessidade de incessante higienização dos espaços para garantir a proposta de gentrificação.

Tais práticas de limpeza urbana higienizadora mostram-se recorrentes em diferentes centros históricos brasileiros. Entre estes, temos o Pelourinho em Salvador e o Recife Antigo em Pernambuco. Diante disso, este trabalho procura contribuir com os estudos acerca do patrimônio e da higienização como face oculta da chamada gentrificação, tomando o Sítio Histórico de Olinda enquanto estudo de caso.

Compreendendo o Polígono de tombamento da cidade de Olinda

Segundo informações retiradas do site oficial da prefeitura da cidade de Olinda, atualmente o município de Olinda conta com 43,55 km² de extensão territorial, sendo que 9,73 km² dessa área fazem parte das zonas especiais de proteção cultural e urbanística (ZEPEC). Desses 9,73 km², 1,89 km² pertence a ZEPEC 1 (Sítio Histórico) e 7,84 km² caracteriza-se como entorno. Os bairros que constituem o Sítio Histórico de Olinda são: Varadouro, Carmo, Sé, Amparo, Bonsucesso, Rosário, Monte, Guadalupe e Amaro Branco.

De acordo com a lei municipal nº4849 de 23 de junho de 1992, Olinda está dividida em zonas especiais de proteção cultural. Esta divisão objetiva melhorar a qualidade de vida de seus moradores, bem como preservar e valorizar os seus bens

culturais, arquitetônicos e naturais. Visando alcançar esses objetivos, as zonas especiais de proteção cultural (ZEPEC), foram classificadas em três categorias: Sítio Histórico de Olinda (ZEPEC 1), conjunto ou monumento isolado (ZEPEC 2), e ruínas (ZEPEC 3).

Segundo a lei nº 4849/92 referente a Olinda, a ZEPEC 1 corresponde ao núcleo “primitivo” do município de Olinda, que fora definido a partir da carta foral de Olinda e da cartografia do séc. XVI, sendo envolvido por uma extensa área de entorno, como definido pela rerratificação da notificação federal nº 1155/79 da extinta SPHAN. De acordo com o centro de estudos avançados de conservação integrada (CECI), a ZEPEC 1 está dividida em oito “subzonas”, que são: SRR (setor residencial rigoroso), SCV (setor comercial do varadouro), SRA (setor residencial ambiental), SIT (setor de interesse turístico), SCA (setor cultural do alto da sé), SV1 (setor verde 1), SV2 (setor verde 2) e SV3 (setor verde 3). E, a área de proteção ao conjunto, o entorno, está dividida em apenas duas “subzonas”, a SR (setor residencial) e a SEIS (setor de interesse social).

Veremos de agora em diante, nos incisos da mesma lei, os setores que compõem a ZEPEC 1. O inciso 1º do artigo 5º da já citada lei municipal nº4849, considera como sendo área de *Setor Residencial Rigoroso*, a de uso predominantemente residencial, constituída pelo núcleo que mantém a morfologia urbana e tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico, sujeitando-se assim, a rígido controle das intervenções. A SRR por ser a zona que mantém a morfologia urbana histórica do SHO, acaba sendo o espaço do polígono de preservação que mais recebe a atenção dos órgãos representativos do Estado. Nessa área, consequentemente, é onde acontece a maior parte do trabalho turístico da cidade, incluindo os principais eventos, hotéis renomados, e os restaurantes mais conceituados. A SRR, portanto, corresponde ao setor mais valorizado do Sítio Histórico de Olinda, sendo a área onde os imóveis são vendidos pelos maiores valores, os aluguéis são onerosos, e onde os serviços de alimentação e bebidas são vendidos a um preço mais elevado.

O inciso 2º, considera *Setor Residencial Ambiental*, a área com uso predominantemente

residencial, e que mantém na maioria das ruas, a escala e o traçado urbano primitivo, e onde se registra ocorrência rarefeita de edificações de interesse histórico arquitetônico. O inciso 3º, entende por *Setor Cultural do Alto da Sé*, a área de importância histórica, cultural e paisagística, situação dos primeiros assentamentos da Vila de Olinda, constituída por mirantes e monumentos, destinados ao lazer contemplativo e cultural, sendo por este motivo, assim como a SRR, uma área também bastante valorizada no SHO.

No inciso 4º, considera-se *Setor de Interesse Turístico*, a área plana que está localizada próximo ao mar, indo desde a Praça do Carmo até a Praça Dantas Barreto, incluindo a rua do Sol e o entorno do Fortim de São Francisco, destinada predominantemente a atividade de lazer da comunidade e turistas. O inciso 5º, entende como *Setor Comercial do Varadouro*, as áreas destinadas predominantemente a atividades de comércio e prestação de serviços. Para o inciso 6º, o *Setor Verde*, são as áreas de grande densidade de elementos naturais que envolvem monumentos tombados. Segundo inciso 7º, o *Setor Verde 2*, que corresponde às áreas especiais de proteção ecológica, caracterizadas pela densa vegetação. O *Setor Verde 3*, é descrito no inciso 8º, como sendo todas as praças, largos e mirantes abrangidos pelo polígono da ZEPEC 1.

Por fim, a citada lei nos esclarece ainda que temos as ZEPECs 2 e 3. A ZEPEC 2 corresponde a área de entorno, e se caracteriza como área de preservação de edificação em conjunto ou isolada, de valor histórico-cultural, sendo exemplos, a rua Duarte Coelho, a rua de Santa Tereza e o Convento de Santa Tereza, a Fábrica Tacaruna, a Capela de Santana do Rio Doce, e o Casarão do Complexo de Salgadinho (casarão rosa). A ZEPEC 3 atende às ruínas de edificações e seu entorno que tenham relevância histórico-cultural, como as ruínas da Fortaleza do Buraco, ruínas da Casa da Pólvora, ruínas do Convento de Santo Amaro e ruínas da Capela de Santana do Engenho Frágoso. Dessa forma, após a compreensão acerca da delimitação e organização do perímetro de tombamento do Sítio Histórico de Olinda, realizaremos no tópico subsequente, uma análise contextual breve, abordando a história dos moradores ao longo das

diferentes fases desse espaço, mesmo em períodos nos quais o SHO não possuía a designação atual de patrimônio cultural.

Os moradores do Sítio Histórico de Olinda ao longo da História

Olinda foi um dos primeiros núcleos urbanos fundados no Brasil, tendo se erguido conforme as necessidades da época. Com um porto natural formado pelos arrecifes, água em abundância e terras férteis para o plantio, estava ainda protegida pela altura das colinas, visando as possíveis invasões. Foi na colina que hoje conhecemos como Alto da Sé, em 1535, que Duarte Coelho¹ iniciou a construção de sua casa, a primeira do Brasil, onde juntamente com a igreja, o açougue, a casa da câmara, a cadeia e a praça da vila, formou-se o primeiro povoado da cidade. A cidade foi crescendo pelos morros, através de casas nobres que apresentavam características distintivas, como paredes robustas construídas com materiais como pedra calcária e argamassa composta por areia, pó de ostras e óleo de baleias. A estrutura inicial da cidade se mantém até hoje, apresentando uma divisão entre cidade baixa, marcada pela atividade comercial e portuária; e cidade alta, onde se concentravam as edificações religiosas e o núcleo residencial.

A “rejeição” a Olinda pelos holandeses foi materializada logo no ano seguinte à invasão, quando “os Oranges” incendiaram a cidade. Demonstrando que o incêndio não foi acidental, mas o contrário, foi desejado e premeditado, antes de incendiarem a cidade de Olinda, retiraram os materiais nobres das edificações para construir suas casas no Recife, que começava a prosperar sob a administração holandesa. Era então o fim da “supremacia” olindense. A reconstrução da Vila de Olinda só começaria em 1654, com a expulsão dos holandeses. Nesse período, Recife já estava consolidado como sede de maior importância política e econômica, enquanto Olinda tornava-se secundária e ia lentamente se reconstruindo. O motivo pelo qual Recife disparava a frente de Olinda, nesse sentido, eram suas atividades mercantis. Apesar do prestígio administrativo

perdido para o Recife, Olinda foi passando lentamente por um processo de reconstrução, em meados do século XVII. Porém, parece ser consenso entre os historiadores, que apesar dos esforços, Olinda não atingiu seu esplendor de outrora.

Constata-se que esse período de desprestígio perdurou até meados do século XIX, pois em 1854, o curso de direito que ficava no Mosteiro de São Bento em Olinda, fazendo daquele núcleo urbano um burgo universitário, com estudantes morando nos sobrados e dando vida efervescente ao local, acabou sendo transferido para o Recife, mostrando que Olinda ainda continuava a perder prestígio para o Recife em meados dos Oitocentos. A situação de Olinda só começou a mudar, portanto, no início do século XX, quando os banhos de mar da cidade passaram a ser considerados saudáveis, tornando a cidade atrativa novamente.

Contudo, se pensarmos para além da cidade de veraneio preferida dos recifenses, Olinda permaneceu em estagnação, de um modo geral, até os anos 1960. Olinda que há pouco havia se tornado uma cidade de descanso, e por isso não contava com uma quantidade considerável de moradores fixos, viu a situação mudar a partir de 1964², com o movimento dos artistas no Mercado da Ribeira. Segundo André Moreira (2006), artistas e artesãos passaram a morar no Sítio Histórico de Olinda, iniciando o primeiro processo de enobrecimento na área. Nesse primeiro ato, o enobrecimento na cidade de Olinda se dá de maneira muito sutil, pois apesar desses artistas fazerem parte de uma classe social acima dos antigos moradores, ainda não faziam parte dos segmentos mais altos da sociedade naquele momento, e, talvez por esse motivo, as casas não sofreram modificações estruturais nesse período.

Já na década seguinte, em 1970, ocorreu o fenômeno mundial do interesse pelas áreas históricas, que envolvia o resgate de suas funções de moradia e trabalho, assim como, o impulsionamento desses espaços enquanto atração turística. Nesse contexto, Olinda que a essa altura estava habitada por artistas, em proveito, torna-se uma espécie de “Polo do Turismo e Lazer”.

Reconhecida sua vocação como Polo de Lazer e Turismo da EMR, identificada e justificada no PDLI (Plano de desenvolvimento local Integrado

do município de Olinda – 1973), enfatizada na atual administração, o fortalecimento dessa atividade passa a se constituir em diretrizes para o seu desenvolvimento (Legislação Urbanística para os Sítios Históricos, fl. 2).

Portanto, com a valorização econômica do patrimônio na década de 1970, esse tipo de política, começou a ganhar força com a criação de diversos fóruns que discutiam a ligação entre patrimônio, signos e mercado. Podemos citar como exemplo a cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, que passou por um período de ostracismo até a década de 1970, quando se abriu ao turismo. Outro exemplo bastante emblemático, é a reforma do Pelourinho, bairro central de Salvador, na Bahia, onde a restauração foi ostensivamente direcionada para o aumento do turismo. Esses movimentos decorreram da implementação de estímulos para as atividades turísticas a partir desse período.

A partir do contexto narrado, não é coincidência que o segundo processo de enobrecimento em Olinda tenha sua origem nessa mesma década, manifestando-se desta vez de maneira mais conspícua. Nesse período, somaram-se aos artistas, professores universitários e intelectuais em geral, que haviam decidido morar no Sítio Histórico de Olinda, movidos pelo interesse do momento: áreas históricas repletas de significados e memórias. Diferentemente do primeiro processo, com a chegada de pessoas que possuíam um maior poder aquisitivo, constitui-se um novo perfil de moradores no SHO. Por esses moradores pertencerem a setores da classe média mais abastada, passaram a exigir que o conforto passasse a fazer parte de suas casas e dos lugares aos quais frequentavam. Portanto, é nesse período, que começaram a ocorrer as primeiras alterações nas tipologias dos imóveis, onde geralmente contemplam melhorias das instalações sanitárias, cozinhas e o uso do sótão como mezanino (Moreira, 2006).

É somente na década seguinte, em 1980, que ocorreu o terceiro processo de enobrecimento, dessa vez acompanhado de práticas de gentrificação, pois é nesse período que muitos dos grandes casarões deixaram de ser moradas residenciais e passaram a funcionar como pousadas, hostels, hotéis, boates e repartições públicas. Nesse contexto, muitas das

famílias de menor poder aquisitivo que ainda resistiam no Sítio Histórico de Olinda, sem condições de manter os velhos casarões, acabaram se mudando para áreas fora do centro histórico ou passaram a residir em imóveis menores em bairros menos valorizados do SHO.

Essas práticas experimentaram um aumento progressivo ao longo da década de 1980, alcançando seu ápice no transcorrer do final desta mesma década e início da subsequente:

A partir do final dos anos 1980 e durante os anos 1990 ocorreu o quarto processo de gentrificação. Uma nova população atraída pelo diferencial de morar em uma cidade histórica e Patrimônio Cultural da Humanidade, ocupa o SHO com novos interesses e desejos motivados por uma exacerbada pressão por mudanças. Foi o processo de gentrificação mais destruidor e descaracterizante. Os novos moradores destruíam exatamente o diferencial que os atraiu. A falta de segurança fez com que as áreas de maior permanência das moradias se voltassem para os fundos e as ruas ficam desertas. No final dos anos 1990 e início do século XXI, é identificado um novo processo de gentrificação com a saída dos moradores que vieram nos anos 1970 e 1980, substituídos por estrangeiros e até mesmo por brasileiros que conseguiram se capitalizar com trabalho realizado no exterior. Novas alterações são realizadas inclusive com a tentativa de implantar uma tipologia alienígena à moda dos lofts de Nova Iorque (Moreira, 2006. P. 75).

Apesar de Moreira identificar em todas as quatro etapas aqui historicizadas a presença de processos de gentrificação, consideramos nesse estudo que foi somente a partir da década de 1980, com a forte presença das empresas hoteleiras e dos restaurantes, que as práticas de gentrificação e de higienização passaram a acompanhar os processos de enobrecimento. É importante ainda sublinhar, a chegada de estrangeiros na década de 1990, e o quanto ainda hoje, talvez até de forma mais intensiva, é possível perceber esse avanço de estrangeiros sob o SHO.

Destarte, fica evidente as diversas transformações urbanas e sociais pelas quais o núcleo primitivo da cidade de Olinda passou ao longo dos anos, desde 1550 até finais dos anos 1990. Dessa

forma, nos fica claro, que no momento em que o turismo se tornou o fator principal e a mola propulsora da cidade, houve consequências “agressivas”, tanto para os casarios, como para seus moradores e para a dinâmica social da cidade como um todo.

No tópico seguinte, será possível integrar essas informações históricas sobre os processos de apropriação seletiva do espaço social e patrimonial que aconteceram ao longo da história da cidade de Olinda, aos dados atuais que foram coletados por meio da pesquisa de campo conduzida para este estudo.

Os efeitos sobre os trabalhadores da cultura

Uma das principais consequências ocasionadas pelos processos de patrimonialização tem sido o deslocamento das classes populares dos centros históricos, em favor dos segmentos sociais mais abastados. Diante disso, neste tópico discutiremos como os fazedores de cultura acabam sendo deslocados do Sítio Histórico de Olinda, especialmente das áreas rigorosas de preservação, devido aos processos de gentrificação que vêm sendo conduzidos no SHO. A pergunta norte para desenvolvermos esse debate é: de que maneira o patrimônio pode cumprir sua missão, garantindo a continuidade dos vínculos comunitários e o favorecimento de amplos setores sociais?

A pergunta que inicia essa discussão seria facilmente respondida, se não houvesse a adequação do patrimônio às injunções do mercado, tanto em termos econômicos quanto na dinâmica das trocas simbólicas. Daí resultam “mudanças no valor dos bens simbólicos preservados, que refazem o próprio conceito de patrimônio como lugar simbólico da nação para uma concepção mais fluida que implica práticas voltadas para o consumo dos lugares” (Leite, 2007, p.47)

As manifestações culturais, dada a sua relevância na formação e preservação da identidade, singularidades e vitalidade do centro histórico, desempenham um papel crucial no atrativo do Sítio Histórico de Olinda enquanto espaço. No entanto,

aqueles encarregados de fomentar essas manifestações e, por conseguinte, dinamizar o SHO, seja através de sua participação direta nas expressões culturais ou de forma indireta, como os vendedores ambulantes que, ocupando uma posição subordinada no espectro social, oferecem bebidas e alimentos a preços acessíveis para os participantes, são valorizados apenas na medida em que contribuem para os interesses neoliberais que orquestram o Sítio Histórico de Olinda.

Essa lógica, acaba resultando na impossibilidade desses trabalhadores residirem no SHO ou de consumi-lo enquanto espaço, como declarado pelo ambulante Pedro (nome fictício), um de nossos entrevistados: “não brinco carnaval há 33 anos, que foi quando comecei com esse trabalho”. E, vale acrescentar, que por vezes, até a possibilidade de trabalho é dificultada, como veremos através do caso de Pedro:

A gente começa a ganhar um dinheiro a partir de setembro que são as prévias, porque vem todo mundo aqui pra dentro e aí a gente começa a levantar, setembro, outubro, novembro... e quando o pessoal da prefeitura aparece, pronto velho, você perde 70%, porque ele tira você do setor. Esse pessoal da prefeitura quando vem é só pra lhe prejudicar. A gente ficou esses 2 anos de pandemia, quando a gente voltou a trabalhar que tava tentando se ressuscitar, chegou a prefeitura só pra estragar, porque tirou do ponto corrente, disse “aqui não pode ficar”.

Pedro explica que justamente nos períodos de maior fluxo do SHO, a prefeitura o retira do ponto onde ele vende seus produtos o ano inteiro. Pedro denuncia o descaso da prefeitura com ele enquanto trabalhador, mas não só, pois como veremos a seguir na continuação de sua fala, ele se coloca também como “filho da terra”:

Eles chegam e diz: “Não pode trabalhar ai não” ai eu respondi “não posso por que? E quem é tu pra dizer que não posso trabalhar?” e ele disse “eu sou o Major da polícia” e eu disse “aqui tem um funcionário que tá prestando serviço a prefeitura, e outra, tua atitude é inconstitucional, fere o estado democrático de direito, ta no Art. 5 que todo cidadão tem direito de ir e vir, tu é nada democrático” e aí ele começou a discutir comigo, e

eu disse “meu irmão se tu mexer, eu vou na corregedoria, no Ministério Público e na defensoria pedir segurança porque você tá me perseguindo, porque eu não vim de fora, eu sou morador e filho desse SHO, aí tu vem me maltratar é? Qual é a sua?”.

O que Pedro nos conta é que reivindicou seus direitos enquanto trabalhador e cidadão de Olinda, mas no entanto, termina sua fala dizendo que não foi atendido:

Ai o que é que aconteceu? continuei vendendo lá embaixo, mas perdi 70%, por exemplo, se tava vendendo aqui 600 reais ou 700 reais, quando fui pra lá pra baixo passei a vender 150 reais ou 200 reais, você sabendo que domingo era o dia forte, que sexta não prestou, sábado não prestou, mas domingo você tiraria tudo, aí cheguei em casa segunda-feira sem poder pagar uma conta, sem poder comprar um botijão de gás, onde meu trabalho me daria condições pra isso. ***Por isso tô morando lá embaixo na favela, não deixam eu morar aqui no Sítio não..***

Portanto, as falas acima emitidas por Pedro são de extrema importância porque nos permite estabelecer um paralelo com a questão econômica e de moradia no Sítio Histórico de Olinda, por ele trazer nessas falas aspectos fundamentais, como: trabalho, cotidiano, economia e moradia. É interessante, em primeira instância, perceber como ele se coloca, enfatizando que não é uma pessoa qualquer, mas sim um filho do Sítio Histórico. A partir disso, ele expõe sua indignação com o fato de ser impedido de trabalhar, durante o período de carnaval, no lugar onde nasceu. A indignação se dá pelo fato do carnaval ser a época em que se consegue fazer um maior rendimento econômico, onde segundo ele, conseguiria vender três vezes mais o seu produto em comparação com os demais períodos do ano.

O depoente em questão se emocionou por diversas vezes durante a conversa ao falar da situação na qual vivia com sua família, finalizando sua fala com uma frase estarrecedora e muito problemática: **“eles não deixam eu morar aqui no Sítio”**. Essa declaração advinda de um trabalhador informal e antigo morador do Centro Histórico de Olinda, constitui a materialização do fenômeno aqui

chamado de gentrificação higienizadora que vem ocorrendo em grande parte dos centros históricos do Brasil, instigada por injunções neoliberais no âmbito do sistema capitalista.

Enquanto espaços de sociabilidade pública, os centros históricos que passam por processos de gentrificação são objetos de políticas urbanas e culturais que buscam recuperar seu patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital. Objetivando modernizar recursos potenciais para uma melhor inserção das cidades históricas no contexto da “concorrência intercidades”, através dos usos do patrimônio na captação de recursos, as políticas de “revitalização” têm desenvolvido, no curso crescente da desregulamentação “neoliberal” da economia mundial, uma complexa política cultural de gentrification (Leite, 2007, p.61).

As políticas de gentrificação não são aplicadas da mesma forma em todos os lugares, e por isso esses processos podem ser percebidos em diversos lugares e de diversas maneiras. Mas, apesar de cada centro histórico apresentar suas particularidades exclusivas, a política higienizadora dos processos de gentrificação apresenta algumas características uniformes, como por exemplo, a ausência de capital econômico e social enquanto impeditivo para ocupação desses espaços. Nesse sentido, não importa se são os fazedores de cultura ou os vendedores que estão diariamente no mesmo local durante trinta anos, pois, por serem corpos degradados e não possuírem o capital econômico e social necessários, não são autorizados por esses processos a ocupar esses espaços. Portanto, os espaços urbanos socialmente desejados, nos quais o SHO se inclui, não estão disponíveis para pessoas que estão à margem da sociedade, mesmo que sejam elas as responsáveis por tornar o lugar rico em manifestações culturais, costumes e experiências próprias.

Por conseguinte, mesmo que as práticas de gentrificação ao aplicar uma política segregacionista absorvam aspectos homogeneizadores da indústria cultural, a exemplo dos casarios coloridos, os centros históricos que passam por esse processo, ao final obedecem a lógica de diferenciação e elitização dos espaços, para que estes fiquem reservados às classes sociais que tenham poder aquisitivo suficiente para

consumir esses produtos vendidos em uma “embalagem gourmetizada”, diferenciada. É por este motivo, por exemplo, que os moradores do Monte³ não são sequer frequentadores da área de preservação rigorosa, como reitera a moradora Marília (nome fictício) ao afirmar nunca ter visto jovens da sua comunidade em determinados espaços do SHO:

Quando tem eventos no SHO, a galera nem desce. Fui pra um evento em um espaço lá, e não vi absolutamente ninguém da comunidade e isso me gerou um certo desconforto. Primeiro que essas informações não chegam pra eles, é muito difícil acessar algumas informações, e quando eles sabem, muitas vezes, mesmo sendo um local de graça, muitos ficam meio acanhados, porque se entende que não é um lugar pra eles, porque foi ensinado desde criança que lugar de preto e de pobre não é ocupando esses lugares culturais, de poder e tal, então eu até hoje nunca fui pra um rolê que vi alguém da minha comunidade. Eu já vi gente do Bonsucesso, do Amparo, do Guadalupe, mas do Monte nunca.

A esse respeito escreveu Leite,

Modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar formas específicas de pertencimento. Por essa razão, e considerando o consumo cultural [...] os diferentes sentidos atribuídos aos lugares e a forma como são apropriados (consumidos) demarcam as tensões e disputas em torno dos usos e sentidos atribuídos aos espaços urbanos enquanto espaços públicos. (Leite, 2007, p.67).

Desde a inclusão do centro histórico da cidade de Olinda na lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, houve uma valorização crescente da arquitetura e do potencial cultural da área, cujo processo excluiu as classes com menor poder econômico do uso do espaço. Os empresários lucram através das pousadas, bares, restaurantes e imóveis próprios postos em plataformas como o Airbnb, enquanto os músicos, dançarinos, artistas

plásticos e ambulantes, vivem em uma situação de descaso político, social e econômico.

Esse fenômeno se torna evidente na declaração do ambulante Pedro (nome fictício), ao relatar a frequente intervenção das autoridades policiais, resultando na remoção forçada dele de seu local de trabalho. Casos como esses têm ocorrido em outros centros históricos, principalmente, aqueles localizados na América Latina, como é o caso do Centro Histórico da Cidade do México:

En otras palabras, el llamado “rescate” del centro histórico se convirtió por aquel entonces en una tarea de interés político primordial, abordando especialmente las distintas formas de economía informal. Erradicando a los vendedores ambulantes, a los cuales se veía como un obstáculo en el camino de la gentrificación en las ciudades de América Latina (Jones y Varley, 1999), el centro histórico de la Ciudad de México estaba siendo preparado simbólicamente para el proceso de gentrificación que actualmente padece. Diferentes esquemas de asociación público-privada respaldaron políticas de inversión cuyo objetivo era “normalizar” las calles a través de la disciplina, el castigo y la eliminación de los vendedores ambulantes. (Janoschka; Sequera, 2014, p.12).

A prática repressiva de retirada dos trabalhadores informais, assim como “a escolha a dedo” das apresentações artísticas que devem ser exibidas nos centros históricos, faz parte de uma espécie de curadoria paisagística, onde se escolhe o que tem potencial para ser visto e consumido pelo público “sofisticado” que as práticas de higienização e gentrificação pretendem alcançar.

Mãe Beth de Oxum, por exemplo, responsável pela sambada de coco de umbigada⁴, enfrentou problemas com as autoridades policiais, que a impediram de realizar a sambada no Largo do Guadalupe, fazendo com que a brincadeira retornasse ao seu lugar de origem, o Beco da Macaíba. O que se passou, é que o Largo do Guadalupe, diferentemente do Beco da Macaíba, é ocupado por pessoas que integram uma classe social mais elevada em relação aos moradores deste local que pertencem a um segmento social excluído de acesso aos bens econômicos. Portanto, entendeu-se que aquele espaço não está destinado a essa

manifestação cultural feita por pessoas em situação de pobreza, pretas e que em sua maioria fazem parte de uma religião de matriz africana; a lógica neoliberal que tem guiado as práticas de gentrificação no Sítio Histórico de Olinda, cuidou então de mostrar a essas pessoas os limites dos espaços que elas podem ou não ocupar.

Essa lógica de espaço, onde determinado local só deve ser habitado, usado e vivido por determinado tipos de pessoas, advém das práticas de exclusão que preveem o deslocamento dessas pessoas “indesejáveis”, para fora dessa espécie de “redoma” urbana, a partir de uma perspectiva higienista e mercadológica neoliberal:

Mais do que uma segregação do espaço através das restrições ao consumo desses produtos e serviços, definidas pelos excludentes critérios de renda, essa “estetização” se relaciona também a estilos de vida de uma classe média urbana, cujos hábitos e sensibilidades estéticas parecem cada vez mais marcados pela busca de certas áreas públicas que ofereçam, ao mesmo tempo, lazer e segurança (Leite, 2007, p.73).

Nesse sentido, os vendedores ambulantes e os fazedores da cultura popular, por ocuparem dentro dessa lógica o papel de “servir” e não de consumir, acabam vendo sua relação e modo de lidar com o lugar modificar-se aos poucos, enquanto pessoas privilegiadas em termo socioeconômicos vão substituindo-os, através do gozo de privilégios, inclusive de comércio e negócios, conforme este estudo tem mostrado. O caso de Pedro, homem preto, ambulante, e que se encontra em situação de pobreza, ilustra bem essa realidade, já que apesar de ter nascido e crescido no SHO, está entre as pessoas que foram deslocadas do centro histórico. Pizzolato, chama atenção justamente para essa questão ao estudar centros históricos, afirmando que se não houver um plano de acompanhamento e respeito às comunidades ali inseridas, os novos ocupantes poderão expulsá-los por meio da especulação imobiliária e confronto de valores (Pizzolato, 2021, p.11).

Portanto, o Sítio Histórico de Olinda vive hoje uma realidade complexa, pois a recolocação do seu centro histórico no cerne das políticas públicas, tem feito as gestões municipais depositarem esforços

para recuperar políticas econômicas locais. Porém, investem em uma valorização das manifestações culturais de forma muito mais cenica do que real, afetando diretamente as relações sociais do local. Essa falsa valorização é perceptível quando direcionamos nossa atenção para o forte contraste que existe entre os espaços de elaboração dessas manifestações culturais e os locais nos quais são colocadas para se apresentarem. Se atentarmos para esse contraste torna-se possível visualizarmos a violência que existe por trás da espetacularização do patrimônio cultural.

Essa especulação em torno da cultura imaterial do SHO, ocorre por ela desempenhar um papel significativo e constante no espaço. As manifestações culturais são para a cultura do Centro Histórico de Olinda, uma característica singular e importante, que assume um papel fundamental em relação à movimentação da cidade. Logo, a cultura vem sendo usada pelas gestões públicas, embebidas da lógica neoliberal, como uma ferramenta ou recurso de valorização do SHO, sem que haja um retorno financeiro adequado aos seus trabalhadores, como é possível visualizar no exemplo do sanfoneiro José (nome fictício):

O que me mantém aqui é o meu trabalho, a música e as coisas que vendo aqui, eu arrumo minha bolacha vendendo cerveja, porque se for só de música você não vivi. Aqui não é bom pra viver de música não, não recebo incentivo constante nenhum, o que acontece é que vez ou outra uma produtora aí, me inscrever em uns projetos, mas aí não é sempre que eu entro, **aí eu quero saber: você só come num ano e no outro não come?**

A fala de José é crucial para entendermos que uma cidade que alega valorizar a cultura e a arte, e a partir disso obtém recursos financeiros, não necessariamente reconhece e recompensa adequadamente os artistas e as pessoas responsáveis pela realização dessas manifestações. O retorno financeiro insuficiente destinado a esses agentes criativos, como no caso de Olinda, vai na contramão da real valorização e apoio dedicados aos fazedores de arte e cultura da cidade.

Destarte, o que se percebe no SHO, é que a transformação do patrimônio em mercadoria cultural acaba impulsionando a apropriação seletiva

do espaço através da revalorização do espaço e dessa falsa valorização da cultura, tornando-o mais desejável e único. Diante disso, nesse caso, as forças mercadológicas neoliberais aliam-se aos órgãos gestores competentes, e passam a obter ganhos financeiros através do nicho do mercado do patrimônio cultural, sem a preocupação de retornar esses ganhos às pessoas que realmente fazem as manifestações culturais acontecerem, conforme explicitado nos casos aqui expostos.

Portanto, na maioria das vezes, mesmo quando os órgãos responsáveis por gerir o centro histórico incluem a participação da comunidade em seus projetos políticos, costumam não atender às necessidades reais de seus moradores ou até prejudicam os indivíduos pertencentes às classes sociais mais baixas, como é o caso do SHO. Torna-se difícil ver uma não intencionalidade nessa forma de administrar o patrimônio, já que quando não se executa um plano de acompanhamento voltado para essa grande quantidade de fazedores de cultura ali inseridos, torna-se explícita a real possibilidade de que as pessoas com maior poder aquisitivo poderão expulsá-los por meio da especulação imobiliária e confronto de valores. Se no SHO, o fenômeno ao qual aqui chamamos de gentrificação intensificar-se, possivelmente, acontecerá perda da vida comunitária urbana e de rituais até então simbolicamente importantíssimos para o espaço.

É preciso ainda destacar, que na realidade, os centros históricos que tornam a cultura uma mercadoria e tentam vendê-la, vendem uma ilusão, pois o máximo que conseguem mercantizar é a estetização das manifestações culturais, fazendo chegar ao público somente uma experiência vazia de unicidade. Um exemplo disso é que, colocar uma orquestra de frevo para se apresentar em um restaurante no SHO, não proporciona ao público a experiência que é vivenciar o frevo durante o carnaval em blocos como o Homem da Meia Noite, ou o Cariri Olindense. Ou seja, nessa situação, vende-se uma ilusão, a ilusão de que você está consumindo o frevo, de que o frevo é aquilo que está sendo assistido, quando em realidade a experiência real do que é o frevo, e o que o faz ser Patrimônio Imaterial da Humanidade, não pode ser vendido, mas sim vivenciado em sua realidade e contexto local. Isso porque o frevo, assim como as demais

manifestações culturais que estão sob o guarda chuva dos patrimônios imateriais, é feito por corpos vivos, reais, e em sua maioria corpos dissidentes, que ao emitirem suas notas rasgadas saídas de seus longos instrumentos de sopro e dançarem seus passos ágeis, expõem as relações sociais que o perfazem, que são muitas vezes ocultadas em apresentações oficiais para evitar expor a contradição própria à cultura e que aquela realidade social revele-se diante dos olhos dos turistas.

Portanto, é preciso atentar-se para o campo de disputa que se forma em torno do patrimônio cultural, onde o aparelho estatal, setores privados e moradores, se confrontam em uma guerra pelo espaço ou sócio espaço, principalmente quando se trata de um lugar de cumplicidade cultural (Canclini, 2003), em que acontecem negociações e uma hibridação cultural, onde elementos culturais próprios de determinado lugar se encontram e se fundem com influências globais. Impõe-se atenção nesses casos em específico, no qual o SHO se enquadra, para que os moradores que ali vivem, trabalham, estudam e se divertem, continuem a ter o seu espaço, pois, os trabalhadores aqui mencionados hoje moram nos arredores do SHO ou em zonas mais desvalorizadas, justamente por essa perda de espaço como resultado de uma desvalorização advinda do pacto taciturno das gestões políticas com o neoliberalismo.

Portanto, o problema não é só a transformação das manifestações culturais em espetáculo, mas também, e talvez principalmente, as condições de exploração social do trabalho a qual os moradores mais vulneráveis economicamente são submetidos para que essa espetacularização da cultura aconteça. Portanto, cabe reforçar, que o patrimônio ou o turismo não são um obstáculo ao centro antigo da cidade de Olinda, mas sim a forma como ambos vêm sendo gerenciados pela administração local com forte inclinação neoliberal, tal como veio sendo revelado ao longo deste estudo, é que representa, atualmente, a grande questão para os trabalhadores da cultura e sua população local.

Considerações finais

O processo de patrimonialização afetou e tem afetado os moradores do Sítio Histórico de Olinda, em especial os trabalhadores da cultura. Diante disso, ressaltamos o comprometimento deste trabalho com a construção de um conhecimento que parta das narrativas sobre fatos vividos e mais concretos possíveis da realidade na qual esses trabalhadores estão inseridos.

Ao longo da pesquisa evidenciou-se como a questão da supervalorização da área e a consequência direta disso no mercado imobiliário, ao longo das décadas, tem trazido efeitos danosos aos moradores dos segmentos sociais mais pobres. E quando se trata de uma área histórica e patrimonializada, como é o caso do SHO, o quadro se agrava ainda mais, devido ao fato desses espaços possuírem uma oferta inelástica, por serem regidas pelas leis protecionistas patrimoniais. É justamente aqui, onde os desprovidos de poder econômico passam a ser diretamente ou indiretamente deslocados do SHO, em função das práticas latentes da gentrificação higienizadora que vêm sendo aplicadas no espaço.

O projeto político que em seus recursos disponíveis não inclui, ou inclui de forma injusta esses trabalhadores em seu orçamento, como demonstrado através dos casos do sanfoneiro José e do ambulante Pedro, colabora ainda que indiretamente, para o deslocamento desses moradores-trabalhadores do centro histórico, fazendo com que aos poucos eles ocupem as margens do espaço e o utilize apenas para desempenhar o seu trabalho, atendendo a lógica do mercado neoliberal.

No entanto, é inegável a geração de capital destinada às instâncias representativas do aparato estatal, o que considera-se aqui um fato altamente benéfico e positivo; porém, destacamos neste estudo que, apesar de haver uma alocação financeira ao setor público, verifica-se uma redistribuição insatisfatória para as camadas desprivilegiadas em termos socioeconômicos. Sendo estas últimas, por sua vez, as reais responsáveis por manter o Sítio Histórico de Olinda vivo e único.

Destarte, neste artigo, os impactos identificados após o processo de patrimonialização que ocorrem no Sítio Histórico de Olinda, não são

atribuídos diretamente ao patrimônio em si, mas sim à forma como ele tem sido gerido. De modo que, o foco principal não reside na avaliação de como o título de patrimônio prejudicou ou favoreceu o SHO, mas sim em uma análise sobre a realidade em que os olindenses se encontram e na proposição de que é preciso que se estabeleça uma distribuição democrática dos recursos conquistados a partir do patrimônio.

Notas

1 Em 1534, a Coroa portuguesa instituiu o regime de Capitania Hereditárias, onde a Capitania de Pernambuco foi entregue ao fidalgo português Duarte Coelho.

2 Na década de 60, Olinda praticamente dobra sua população.

3 O bairro do Monte, apesar de estar dentro do perímetro de tombamento do SHO por sua importância histórica, por apresentar uma paisagem vernacular e estar distante da área de preservação rigorosa, não constitui uma área turística. Distante disso, o Monte foi abandonado pelo poder público, e atualmente é tida como uma comunidade de alta periculosidade.

4 O coco de umbigada é uma vertente da manifestação cultural do Nordeste do Brasil chamada coco. Essa brincadeira consiste em um grupo musical, onde os instrumentos variam de acordo com a vertente do coco, geralmente incluindo ganza, alfaia e pandeiro. Os brincantes formam uma roda e acompanham o ritmo com palmas, enquanto um casal dança no centro, com os pés pisando forte o chão no compasso da música. No caso específico do coco de umbigada, além de marcar o ritmo com os pés, o casal central também se aproxima, encostando seus umbigos, desempenhando um elemento único e característico dessa vertente.

Referências

ARANTES, Antonio. Patrimônio Cultural e Cidades. In Fortuna, Carlos; Leite, Rogério Proença (Org.). **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 11-24.

BARLAEUS, G. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no**

Brasil. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

BÓGUS, Lucia; SOUSA, António. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cadernos Metrópole**, v.18, n 37, p. 845-861, 2016.

CAFÉ, Laércio de Jesus. **Da Higienização à loucura. Uma perspectiva do processo higienizador “disciplinador”**. 2017. 127f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

CIFELLI, Gabrielle; PEIXOTO, Paulo - Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIV, 2012, p. 35-54.

GLASS, Ruth. **Aspects of Change**. London: MacGibbon&Kee, 1964.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. Procesos de gentrificación y desplazamiento en América Latina, una perspectiva comparativista. In: Michelini, Juan José (Org). **Desafíos metropolitanos: un diálogo entre Europa y América Latina**. Madrid: Catarata, 2014, p. 82-104.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**, Campinas: Unicamp, 2007.

MOREIRA, André. **Transformações dos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda**. 2006. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLINDA. **Lei Municipal nº 4.849 de 1992**. Olinda: FCPSHO, 1992.

PIZZOLATO, Pier. Villa Sanhauá em João Pessoa (PB, Brasil) Estudo de caso para a requalificação de centros históricos na América Latina. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n 42, p. 1-17, 2021.

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Izabella. **As cidades como objeto das políticas de cultura: o caso da Recife do século XXI**. Brasília: Anais do Congresso Nacional da SBS, 2017.

ZUKIN, Sharon. **The culture of cities**. Oxford: Blackwell, 1995.